

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

ESCOLA SECUNDÁRIA DE SILVES

Datas da visita: 24 e 25 de Janeiro de 2008

I – Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária de Silves realizada pela equipa de avaliação que visitou esta Unidade de Gestão em 24 e 25 de Janeiro de 2008.

Os capítulos do relatório — caracterização da unidade de gestão, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Unidade de Gestão, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola Secundária de Silves, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada **Níveis de classificação dos cinco domínios na Unidade de Gestão**

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da Unidade de Gestão. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – Caracterização da Unidade de Gestão

A Escola Secundária de Silves situa-se na sede de concelho com o mesmo nome, constituído pelas freguesias de Alcantarilha, Algoz, Armação de Pêra, Pêra, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra, Silves e Tunes. Com uma população residente de 33 830 habitantes (Censo de 2001), dos quais 60% se concentram em Silves e em São Bartolomeu de Messines, é o segundo maior concelho do Algarve e a sua geografia é marcada por três tipos de paisagem – serra, barrocal e litoral. A população evidencia elevado índice de envelhecimento – por cada 100 jovens existem 180 idosos. A taxa de analfabetismo é de 13,7%, valor que se situa acima da média do Algarve (10,4%).

De acordo com os dados estatísticos de 2001, relativos ao concelho, o nível de escolaridade de 45,4% da população é o 1.º e o 2.º CEB. O sector terciário abrange 73,2% e a agricultura engloba 5,9% das empresas da região; a indústria, outrora com algum significado, tem pouca relevância, sendo composta, na sua maioria, por microempresas.

No concelho, para além de estabelecimentos de educação e de ensino do 1.º ciclo do Ensino Básico (CEB) em todas as freguesias, existem escolas dos 2.º e 3.º CEB nas localidades de São Bartolomeu de Messines, Algoz, Armação de Pêra e Silves. A Escola Profissional de Agricultura (em Messines), um Centro de Apoio da Universidade Aberta e pólos do Instituto de Emprego e de Formação Profissional e do Instituto Piaget (em Silves), localizam-se também no concelho.

O edifício da actual Escola Secundária de Silves data de 1959 e é constituído por um corpo central, com três pisos, onde se localiza a maior parte das salas de aula e os espaços específicos destinados à Informática e aos laboratórios de Geologia, de Biologia, de Física e de Química. Encontram-se aí, também, a Biblioteca Escolar/Centro de Recursos (BE/CRE), o Centro de Formação João de Deus (CFAE), as salas de convívio do pessoal docente, não docente e dos alunos, os gabinetes/salas de trabalho dos professores e os vários serviços de apoio (reprografia, papelaria, bufetes e serviços administrativos). A ala nascente é ocupada pelo laboratório de Electricidade, por três oficinas (para aulas práticas de Instalações Eléctricas), por um estúdio de montagem, por um auditório e por uma sala de ginástica. Na zona norte funcionam a cantina, o ginásio e os respectivos balneários e as instalações do Centro de Novas Oportunidades (CNO).

No presente ano lectivo, estão matriculados na Escola 894 alunos dos quais 82 frequentam os cursos de educação e formação (CEF), 534 os cursos científico-humanísticos, 76 os cursos profissionais, 40 os cursos de educação e formação de adultos e os restantes encontram-se inscritos num curso tecnológico nocturno e em acções de curta duração, designadamente de Inglês e de Português para estrangeiros. Existem 48 alunos de origem estrangeira que representam 5,4% do total da população escolar.

O serviço docente é assegurado por 109 professores, sendo 79 do quadro de Escola (72%), dos quais 18 são titulares, 8 do quadro de zona pedagógica (7%) e 22 contratados (20%). A estabilidade e a experiência profissional do corpo docente é elevada, tendo em conta que 80% lecciona há mais de 15 anos. O pessoal não docente distribui-se da seguinte forma: 14 administrativos, 25 auxiliares de acção educativa, 3 cozinheiras, 2 guardas-nocturnos e 1 psicóloga.

III – Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Bom

Tendo por base os dados que constam do texto de apresentação da Escola, observa-se que os índices de sucesso obtidos na avaliação interna apresentam, nos 11.º e 12.º anos dos cursos científico-humanísticos, entre 2002/03 e 2006/07, algumas oscilações até ao ano lectivo de 2004/05, contrariamente ao que se verifica no 10.º ano, cuja taxa de variação do sucesso se mantém sempre em progresso constante (de 54,4%, em 2002/03, para 74,0%, em 2006/07). A partir daquele ano, verifica-se existir um aumento gradual daquelas taxas que, em 2006/07, atingem 82,7% no 11.º ano e 49,1% no 12.º ano. Comparando as médias da Escola dos exames nacionais de Português B, em 2006 e 2007, verificou-se que as mesmas foram de 9,9 valores no primeiro daqueles anos e de 10,8 no segundo. Tais dados são inferiores à média nacional, respectivamente, em 1,8 e 0,42 valores. Em Matemática, relativamente à média nacional, as classificações obtidas pelos alunos apresentam um diferencial de 1,5 valores, em 2005, e de 0,2 valores, em 2007. Em Desenho A, a média das classificações da Escola supera a média nacional em 1,5 valores.

Existem alguns espaços de intervenção dos alunos na vida da Escola, sobressaindo o Desporto Escolar, o Grupo de Teatro, o Clube de Pintura e acções desenvolvidas no âmbito do Programa de Educação para a Saúde (PES). No entanto, para além da assembleia de delegados não assumir um papel relevante no respectivo processo de auscultação, também, ao nível dos conselhos de turma de carácter intercalar, não está prevista a convocação dos seus representantes. O comportamento e a disciplina constituem pontos fortes do funcionamento da Escola, sendo pouco relevante a acção disciplinar existente que decorre, de uma forma geral, de incorrecções dos alunos em sala de aula. Salienta-se, a este propósito, e tendo como referência o seu próprio testemunho, a acção dos funcionários auxiliares na integração dos novos alunos e o bom ambiente que caracteriza as relações interpessoais. Esse aspecto foi igualmente relevado pelos pais/encarregados de educação que salientaram, também, a diversidade da oferta educativa que tem vindo a captar alunos provenientes dos concelhos limítrofes.

2. Prestação do serviço educativo

Suficiente

Nos últimos anos, a Escola tem apostado em promover alterações ao nível da articulação pedagógica e do reforço do trabalho em equipa, sobretudo nos conselhos de turma. Contudo, nos departamentos não existem procedimentos formalizados que viabilizem a aplicação das estratégias de melhoria definidas no plano de acção, para o corrente ano lectivo. Acresce referir que, embora se encontrem previstas a realização conjunta de visitas de estudo e de actividades decorrentes da área de projecto, a inexistência de projectos curriculares de turma (PCT) não facilita práticas que impulsionem a articulação curricular. O acompanhamento da actividade lectiva cabe aos coordenadores de departamento e aos delegados de grupo que, no âmbito das suas funções, asseguram, de entre outros aspectos, a análise dos resultados escolares dos alunos e a definição de estratégias de actuação, tendo em vista o cumprimento dos programas. Dessa análise tem resultado a definição de estratégias de remediação e de desenvolvimento que passam pelas tutorias e pelos apoios específicos. Para o efeito, foi criado o Conselho de Tutores com o propósito de promover uma melhor articulação dos docentes que participam nessas acções. Por não existirem alunos sinalizados com necessidades educativas de carácter permanente (NEP), a intervenção do SPO tem incidido na implementação de acções de integração dos alunos provenientes do 9.º ano de escolaridade, na realização de sessões de esclarecimento sobre as opções profissionais e no atendimento a alunos e pais/encarregados de educação. A oferta educativa proporcionada à população escolar é diversificada na medida em que inclui cursos de prosseguimento de estudos e percursos escolares de cariz técnico-profissional qualificantes, extensíveis aos ensinos diurno e nocturno. No âmbito das expressões artísticas, destacam-se os projectos desenvolvidos em articulação com o grupo de Português, de que são exemplos o concurso de poesia e artes e a produção de cartazes temáticos para o Fórum Educação.

3. Organização e gestão escolar

Bom

Existe uma adequada articulação entre o Projecto Educativo (PE) e o Plano Anual de Actividades (PAA). Deste último documento fazem parte não só as acções de enriquecimento curricular, mas também os momentos reservados ao trabalho dos departamentos/grupos disciplinares sobre o ensino e os resultados escolares, sendo identificados os responsáveis pelas actividades previstas. O Conselho Pedagógico aprova, anualmente, critérios e orientações para a distribuição de serviço aos professores, destacando-se a continuidade pedagógica e a prioridade na leccionação das turmas do 12.º ano. Para a definição das áreas de actuação do pessoal não docente, são considerados o perfil e a formação específica dos funcionários. Embora se verifique um esforço de modernização nos serviços administrativos (SA), a compartimentação dos respectivos conteúdos funcionais ainda provoca alguns constrangimentos no atendimento aos utentes, designadamente aos alunos. No âmbito do desenvolvimento profissional dos recursos humanos, a oferta do CFAE tem correspondido, de uma forma geral, às necessidades dos vários agentes educativos, embora não seja satisfatória no que se refere às didácticas específicas, quer por falta de formadores, quer pelo número reduzido de formandos. Por iniciativa da Escola tem sido promovida formação na área da auto-avaliação, das plataformas de comunicação via internet e, para os auxiliares, no acompanhamento de alunos com epilepsia. As instalações, os equipamentos e os recursos financeiros são genericamente adequados às necessidades da Escola. Embora insuficientes, tem havido um esforço do Conselho Executivo no sentido da disponibilização de gabinetes de trabalho para os docentes que lamentam a inexistência de um espaço próprio para atendimento dos pais/encarregados de educação. O funcionamento e o acervo da BE/CRE constituem aspectos a relevar, na opinião dos entrevistados, havendo abertura e disponibilidade do Conselho Administrativo para a sua actualização. Relewa-se que o orçamento privativo da Escola rondou, no ano 2007, 80% dos recursos financeiros atribuídos pelo Estado.

4. Liderança**Bom**

O Conselho Executivo, em articulação com o Observatório da Qualidade, tem uma visão clara do Projecto Educativo e do que pretende atingir com o processo de certificação em Gestão de Qualidade. A estratégia desenvolvida nesse sentido tem vindo a criar uma “cultura de escola” que é bem aceite e assumida pela generalidade da comunidade educativa, constituindo um factor de mobilização das lideranças intermédias, através do Conselho Pedagógico. Por outro lado, são bem aceites as iniciativas provenientes das várias estruturas de coordenação educativa, como são os casos das actividades desenvolvidas no âmbito da BE/CRE, do Departamento de Expressões e dos projectos “Casa Interactiva” e “Casa Limpa – Autonomia Energética”, promovidos pelos docentes das áreas da Electricidade e da Electrónica, que têm papel relevante na abertura à inovação. Com destaque para a Câmara Municipal e o Centro de Saúde, existe, uma grande diversidade de protocolos com outras instituições que têm permitido assegurar os estágios dos cursos de índole profissionalizante e sustentar o apoio e o enriquecimento da formação dos alunos em áreas relacionadas com a sexualidade, com a alimentação e com a saúde. As parecerias estabelecidas com o Racal Clube de Silves e a Fundação Jack Petchey impulsionaram a existência de prémios de desempenho para os alunos que, por si, representam também um contributo importante para atrair os pais/encarregados de educação. Para os profissionais da Escola, não estão institucionalizadas acções que visem o reconhecimento do trabalho desenvolvido.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola**Muito Bom**

O processo de auto-avaliação foi iniciado em 2004/05, tendo como referente o modelo da European Foundation for Quality Management (EFQM), e constitui um ponto forte da Escola. Nessa perspectiva, a avaliação do desempenho da Escola baseia-se em nove critérios, a saber: Liderança, Política e Estratégia, Pessoas, Parcerias e Recursos, Processos, Resultados Clientes, Resultados Pessoas, Resultados Sociedade e Resultados Chave do Desempenho. As metodologias assentam na aplicação de questionários, na análise documental e em auditorias. Deste processo avaliativo resultou um Plano de Acção que incluiu, de entre outros aspectos, os pontos fortes e as oportunidades de melhoria a introduzir no ano lectivo 2006/07. Para a sua monitorização, foi criada uma estrutura – Observatório da Qualidade – cujo trabalho originou um novo plano de acção para 2007/08. Embora se constate a existência de melhorias como os índices de abandono escolar, a introdução de matrizes comuns para elaboração de relatórios de desempenho e a criação de estruturas para o acompanhamento pedagógico dos alunos, o processo carece de uma maior incidência no trabalho desenvolvido em sala de aula. Por outro lado, existe, ainda, a necessidade de definir estratégias que possibilitem uma maior divulgação e envolvimento de toda a comunidade educativa, sobretudo dos alunos e pais e encarregados de educação (EE). A aposta em promover uma formação profissionalizante como resposta às necessidades de empregabilidade da comunidade local, bem como a criação de um Centro de Novas Oportunidades (CNO) constituem meios para reforçar a Escola como pólo de desenvolvimento do meio em que se insere.

IV – Avaliação por factor**1. Resultados****1.1 Sucesso académico**

Os fracos resultados obtidos pelos alunos até 2003/04, constituíram factor de mobilização da Escola para a implementação de um processo de melhoria em que a recolha e análise dos dados da avaliação tem papel relevante. Assim, para além da reflexão sobre as classificações obtidas no final de cada período lectivo, feita em sede de conselho de grupo, é igualmente analisada, no início de cada ano, a prestação dos alunos nos exames, procedendo-se à sua comparação com os resultados nacionais e regionais. Decorrentes desse trabalho, são estabelecidos planos de melhoria que integram estratégias de remediação, tutorias e aulas de apoio para as disciplinas com maior insucesso, processo que é depois canalizado para reflexão e aprovação no Conselho Pedagógico. Deste modo, tendo como referência o quadro da análise da evolução das taxas de abandono e de sucesso da Escola, entre 2002/03 e 2006/07, inserido no texto de apresentação e relativamente aos cursos científico-humanísticos, observa-se que, à excepção do 10.º ano, em que a taxa de variação do sucesso tem vindo a evoluir positivamente (de 54,4% em 2002/03 para 74,1% em 2006/07), nos 11.º e 12.º anos verificam-se oscilações, designadamente no ano lectivo de 2004/05, em que a taxa de sucesso do 11.º ano desce de 83,6%

para 81,4% e no 12.º ano, com uma descida que se situa em 4,2 pontos percentuais (de 40,3% para 36,1%). A partir desse ano lectivo, esses valores têm vindo a aumentar: em 2006/07, a taxa de sucesso do 11.º ano foi de 82,7% e a do 12.º ano de 49,1%. Quanto aos resultados dos exames nacionais, verificou-se que em Português B, no ano de 2006, existe uma diferença de 1,8 valores da média da Escola relativamente à nacional (9,9 para 11,7 valores); em 2007, registou-se uma melhoria da média da Escola (10,8 valores), mantendo-se 0,42 valores abaixo da média nacional (11,25 valores). Em Matemática, por sua vez, existiu uma diferença de 1,5 valores em 2005 (a média da Escola era de 6,2, quando, a nível nacional, era de 7,7) para um valor superior - 0,2 - em 2006 (de 8,2 para 8,0 valores) e, de novo, um valor inferior - 0,2 -, em 2007 (de 10,4 para 10,6 valores). De salientar que, neste último ano, os resultados de exame, na disciplina de Desenho A, superaram a classificação interna de frequência (mais 0,2 valores) e a média nacional (mais 1,5 valores). Ainda com base nos dados fornecidos pela Escola, observa-se uma melhoria constante das taxas de abandono que têm maior significado no 10.º ano: 19,1%, em 2003/04, e 10,7%, em 2006/07. Para a melhoria verificada, têm contribuído a diversificação da oferta educativa e a reorientação dos percursos escolares, com a aposta nos cursos de educação e formação e profissionais que viabilizam a permanência de muitos alunos na Escola.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Nesta área, a assembleia de delegados não assume um papel relevante na auscultação dos alunos, reunindo casualmente. Por sua vez, a direcção da Associação de Estudantes, porque eleita há pouco tempo, encontra-se ainda numa fase de concepção e programação de actividades, designadamente a criação do Clube de Fotografia, a reactivação do Cineclube e a organização de um torneio de futebol. De referir, também, que não é prática normal a participação dos alunos nas reuniões de conselho de turma com carácter intercalar, o que, em si, desrespeita o previsto no Regulamento Interno. Todavia, na Assembleia, é proporcionado aos seus representantes um período, antes do previsto nas agendas das reuniões, para exporem os seus problemas. De uma forma geral, os alunos encontram-se envolvidos em actividades desportivas, no âmbito do Desporto Escolar, com destaque para o voleibol e a BTT, no Grupo de Teatro e no Clube de Pintura. Dentro do Programa de Educação para a Saúde (PES) e da disciplina de Biologia também têm sido proporcionados espaços para a sua participação activa, através da medição da tensão arterial, dos níveis de colesterol e de glicemia. No processo de auto-avaliação da Escola, para a concepção do Projecto Educativo, os alunos foram inquiridos, através de questionários, sendo também ouvida a sua opinião nas auditorias promovidas pelo Observatório da Qualidade. No ano lectivo transacto, foi desencadeada uma recolha de brinquedos para as crianças de Moçambique e de Timor, sendo já uma tradição o envolvimento dos alunos em campanhas de solidariedade da iniciativa da Cruz Vermelha Portuguesa. Perspectiva-se, caso o projecto “Casa Limpa” seja aprovado, que as verbas da venda de energia eléctrica à EDP, produzida nesse âmbito, sejam canalizadas para a instituição “Amigos dos Pequenininhos”.

1.3 Comportamento e disciplina

As regras que integram o Regulamento Interno da Escola, no que respeita aos alunos, são pelos mesmos conhecidas, quer através dos directores de turma, no início do ano lectivo, quer através da página da NET, encontrando-se também afixadas na respectiva sala de convívio. Porque localizada no interior, onde o controlo social se faz sentir com maior intensidade, na Escola são inexistentes problemas graves de indisciplina ou de violência. Os próprios alunos testemunharam que, na transição para este estabelecimento de ensino, passaram a ser tratados como adultos e não como crianças. Nesse aspecto, para além do exemplo dos mais velhos e das relações que se estabelecem com os professores, foi salientado o contributo dos funcionários auxiliares, traduzido na sua preocupação com a integração gradual dos novos alunos. Os processos disciplinares instaurados – cinco no ano lectivo transacto e um no presente ano lectivo – decorreram de incorrecções em sala de aula e como resultado da postura interventiva do Conselho Executivo para evitar o arrastamento das situações.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Alunos e pais/encarregados de educação entrevistados sublinharam a escolha da Escola por corresponder às suas expectativas, quer para o prosseguimento de estudos, quer para a frequência de cursos de índole profissional. Foi igualmente evidenciado o grau de exigência dos professores e a importância atribuída às classificações obtidas nos exames nacionais. Nesta perspectiva, criou-se um quadro de valor e de excelência que tem constituído um factor de valorização do desempenho dos alunos. O número de alunos inscritos, no presente ano lectivo, teve uma ligeira subida, para o que contribuiu a oferta dos cursos de educação e formação de adultos (EFA), face às necessidades de actualização a que o meio laboral obriga, nomeadamente na área da Electricidade. Por outro lado, a abertura daquele tipo de cursos, em regime diurno, em conjugação com os cursos profissionais constitui, igualmente, factor de valorização pela comunidade, traduzindo-se na integração dos formandos em empresas locais que têm manifestado apreço pela preparação que a Escola tem proporcionado. Acresce referir que tem

havido, por parte de alunos em risco de abandono escolar, uma adesão significativa a este tipo de formação. Salienta-se, também, o impacto que tem tido na comunidade o apoio dos alunos ao preenchimento de impressos do IRS, na repartição de finanças da cidade.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

A Escola tem promovido uma progressiva consolidação da articulação entre os docentes, através de um maior reforço do trabalho em equipa, designadamente, ao nível dos conselhos de turma. Todavia, é pouco frequente o planeamento de actividades conjuntas, para o que poderá contribuir a inexistência de projectos curriculares de turma, embora sejam organizadas visitas de estudo que congregam diferentes disciplinas e, no âmbito da Área de Projecto, se desenvolvam acções comuns, no tratamento de temas como as barreiras arquitectónicas e o embelezamento dos diversos espaços da Escola. Numa perspectiva mais global, referem-se outros exemplos de trabalho interdisciplinar: entre Português e Artes Visuais (ilustração de poemas); entre Biologia e Geologia, Físico-Química e Educação Física, no âmbito do Projecto Ciência Viva (comemoração do Dia Mundial da Alimentação, através de exposições e utilização de simuladores para cálculo do índice de massa corporal) e entre a Informática e as práticas oficinais da área da Electricidade. Não existem procedimentos que tenham como objectivo garantir a sequencialidade entre o 3.º CEB e o ensino secundário. O que efectivamente se verifica é a promoção de acções de divulgação da oferta educativa, junto dos alunos do 9.º ano, através da realização de sessões de esclarecimento e da distribuição de folhetos. A Semana das Tecnologias, com abertura de espaços específicos aos alunos das escolas dos 2.º e 3.º CEB, e a participação no Fórum Educação, promovido anualmente pela Autarquia, onde são feitas demonstrações de “trabalho ao vivo”, constituem-se, também, como estratégias de divulgação da oferta educativa da Escola.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

É ao nível das estruturas de orientação educativa que ocorre o acompanhamento dos resultados da actividade lectiva, estando estipulado que, em primeira instância, os responsáveis por esse processo são os delegados de grupo e os coordenadores de departamento. Neste contexto, são analisados os resultados escolares dos alunos, discutidos os critérios de avaliação gerais e específicos, definidas estratégias de actuação e efectuados balanços sobre os conteúdos leccionados, tendo em vista o cumprimento dos programas e o acompanhamento da respectiva leccionação. Não obstante o facto de, no ano lectivo transacto, ter ocorrido uma situação pontual de observação de aulas, essa prática não assume um carácter sistemático. O Plano de Formação da Escola, para o ano lectivo 2007/08, foi elaborado a partir da auscultação das necessidades dos docentes e das áreas consideradas de intervenção imediata, por parte do Conselho Executivo. Trata-se de um documento bem estruturado, contextualizado nas prioridades definidas no PE e que contempla acções sobre actividades laboratoriais, metodologia e avaliação, terminologia linguística dos ensinos básico e secundário, modelação matemática, fiscalidade e redes estruturadas. Foram, igualmente, privilegiadas áreas mais genéricas e transversais aos vários grupos de docência como metodologias de trabalho com alunos estrangeiros e de trabalho de projecto. Para áreas mais específicas, como é o caso da electricidade, as empresas da especialidade têm convidado os professores para participarem em acções de demonstração e aplicação dos respectivos produtos, o que tem constituído uma mais valia para a sua actualização. Entre 2005 e 2007, 119 professores frequentaram acções de formação, promovidas pelo CFAE, com incidência nas áreas das Tecnologias de Informação e Comunicação, auditorias e processos pedagógicos de suporte e Projectos Curriculares de Escola e de Turma.

2.3 Diferenciação e apoios

O Projecto Curricular de Escola, na vertente do apoio pedagógico, prevê a organização de aulas suplementares e define as competências a desenvolver nos alunos, recomendando uma articulação estreita entre os professores. Decorrente da análise dos resultados e do processo de auto-avaliação, foi criada uma estrutura de orientação educativa, designada por Conselho de Tutores, que integra docentes de Português, Filosofia, Inglês, Matemática e Físico-Química, por constituírem o núcleo de disciplinas com taxas de insucesso mais elevadas. Os tutores responsabilizam-se pela organização e acompanhamento, não só dos apoios específicos aos alunos, mas também do seu desenvolvimento psico-relacional, em articulação com a psicóloga, com os directores de turma e com os pais/encarregados de educação. No âmbito desta estrutura pedagógica, são elaborados relatórios sobre o desempenho dos alunos que têm como objectivo informar os professores e os conselhos de turma. Não se encontrando sinalizados alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado, o SPO desenvolve a sua actividade em acções que visam a integração dos alunos provenientes do 9.º ano, na sequência do acompanhamento já prestado nos estabelecimentos de ensino de origem. Em articulação com os directores de

turma, realiza sessões de informação, dirigidas aos alunos do 11.º ano, tendo em vista o seu esclarecimento sobre as várias opções profissionais. A psicóloga faz atendimento a alunos e pais na sala dos directores de turma, espaço que não garante a confidencialidade dos contactos. O SPO trabalha em conjunto com a equipa de educação para a saúde e articula, com os serviços de psicologia do Instituto de Emprego e Formação Profissional, para o estabelecimento de opções formativas que tenham em conta o percurso académico e o perfil dos alunos. Este serviço participa também no Gabinete de Apoio ao aluno, onde, em articulação entre o Grupo de Biologia e o Centro de Saúde, presta um atendimento permanente na resolução de situações problemáticas de integração psicossocial.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A Escola proporciona à população escolar uma oferta educativa diversificada que, para além dos cursos de prosseguimento de estudos, inclui percursos escolares de índole técnico/profissional qualificantes, abrangendo os ensinos diurno e nocturno. Destacam-se os Cursos Profissionais de Contabilidade e Gestão, de Informática de Gestão e de Instalações Eléctricas, a par com acções de curta duração, criadas para dar resposta às necessidades da população emigrante do concelho, através de cursos de Inglês, de Espanhol e de Português para estrangeiros. Numa perspectiva estratégica de qualificação profissional da comunidade local, foi implementado, em 2006, um Centro Novas Oportunidades (CNO) que estende a sua acção, através de itinerâncias, a Armação de Pêra, a S. Bartolomeu de Messines e a Albufeira. Embora a Escola disponha de laboratórios bem apetrechados, os testemunhos obtidos apontam no sentido de que a sua utilização para o desenvolvimento da componente experimental das disciplinas de Física, Química e Biologia depende da motivação e das práticas pedagógicas dos professores daquelas disciplinas. Por sua vez, os professores acentuaram que os conteúdos programáticos previstos e a sua distribuição no tempo não facilitam o desenvolvimento de práticas laboratoriais. As expressões artísticas assumem relevância na vida escolar a avaliar pelos projectos existentes, designadamente o concurso de poesia e artes, a produção de cartazes no âmbito da participação no Fórum Educação e as actividades realizadas pelo grupo de teatro. No corrente ano lectivo, encontram-se em fase de reactivação, por iniciativa conjunta de docentes e alunos, os clubes de cinema e de fotografia. Refira-se que a Escola dispõe de uma sala devidamente apetrechada para a leccionação de aulas de expressão artística, em especial para a pintura. Assim, sob a orientação de uma docente, encontra-se em funcionamento o “Espaço Aberto”, na Oficina de Artes, onde professores, alunos e funcionários podem desenvolver actividades conjuntas nesta área.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

Nesta área, a Escola mostra uma adequada articulação entre o PE e as actividades previstas no PAA. Estes documentos resultaram, por um lado, da aplicação de questionários aos vários actores da comunidade escolar e, por outro, das propostas dos departamentos curriculares, das coordenações de projectos, das secções do Conselho Pedagógico, da Associação de Estudantes e do próprio Órgão de Gestão. Trata-se de um planeamento abrangente, que inclui actividades, não só de carácter extracurricular (campeonatos e torneios de várias modalidades desportivas, visitas de estudo e funcionamento dos clubes), mas também os procedimentos relacionados com a reflexão e a avaliação sobre o trabalho desenvolvido, ao nível dos departamentos/grupos disciplinares. Para todas as actividades, integradas nas linhas orientadoras previstas no Plano de Acção do PE, são identificados os responsáveis, o que indicia preocupação sobre o acompanhamento do desempenho dos professores. Em separado, e dando relevância ao tema, foi concebido um plano de actividades específico da “Educação para a Saúde” que põe em destaque as interacções da Escola com o Centro de Saúde de Silves. Do exposto, resulta a constatação de que, ao nível do planeamento e desenvolvimento de actividades, existe uma gama variada de iniciativas provenientes das várias estruturas de gestão e de orientação educativa. A diversidade de proveniências dos alunos, com transportes cujos horários nem sempre se ajustam à organização escolar, designadamente quando a origem é Armação de Pêra, condiciona a elaboração dos respectivos semanários-horários.

3.2 Gestão dos recursos humanos

A distribuição do serviço docente obedece a critérios e orientações que constam de documento anualmente aprovado em Conselho Pedagógico. Destaca-se a atribuição prioritária das turmas do 12.º ano a professores do quadro da Escola e a continuidade no desempenho do cargo de director de turma. Faz parte também desse documento a necessidade de gerir consensualmente as preferências dos docentes, no âmbito dos respectivos grupos disciplinares. A gestão do pessoal administrativo é assegurada pelo Conselho Executivo em colaboração com a Chefe de Serviços de Administração Escolar (CSAE), tendo em conta o perfil e a formação específica dos

funcionários e as respectivas áreas funcionais. Embora, num esforço de modernização, tenha desaparecido o balcão, dando lugar a um acolhimento personalizado, ainda não foi incrementada a gestão por processos. Os utentes, designadamente os directores de turma, manifestaram uma generalizada satisfação face à capacidade de resposta dos SA. Todavia, os alunos queixaram-se de, por vezes, existir um atendimento menos correcto por parte dos serviços que lhes dizem directamente respeito, para além da impossibilidade de tratar um determinado assunto quando não está presente o funcionário responsável. Na distribuição dos funcionários auxiliares são considerados aspectos como as suas competências pessoais e profissionais e as suas preferências. Uma vez que o horário de funcionamento da Escola se estende desde as 7h30m às 24h00m, foi afirmada alguma dificuldade na sua gestão, quando existem situações repetitivas de absentismo. Tendo como referência o testemunho dos alunos e dos docentes, estes funcionários cooperam de forma activa na formação dos alunos, estimulando o desenvolvimento de competências sociais compatíveis com o respectivo nível etário e acautelando, dessa forma, situações de indisciplina. Para os funcionários não docentes a formação tem incidido sobre relações interpessoais e TIC. As auxiliares de apoio aos laboratórios lamentaram a falta de preparação para o trabalho que desenvolvem. Ao nível dos SA, também tem sido proporcionada formação pelas empresas fornecedoras de programas informáticos, havendo lacunas quanto à aplicação do Plano Oficial de Contabilidade (POC). De registar o investimento da Escola na formação dos docentes implicados no processo de auto-avaliação, na divulgação de informação sobre a utilização/aplicação de plataformas de comunicação via internet e, no caso específico dos auxiliares, em colaboração com os serviços de saúde, na sua capacitação para socorrer alunos.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

É generalizada a opinião de que as instalações e equipamentos são adequados, havendo a necessidade de melhorar a cobertura do edifício principal e do ginásio. Todavia, é evidente uma preocupação permanente com a manutenção e o melhoramento/adaptação dos espaços, visível na área oficial, com a multiplicação de salas para trabalho prático e o aparecimento do auditório e de uma sala de ginástica. Os alunos dispõem de uma zona coberta para convívio, onde existem mobiliário adequado, computadores e outros equipamentos destinados ao seu entretenimento. Os docentes, por seu lado, lamentam o número reduzido de gabinetes de trabalho que obriga, por exemplo, ao recurso a espaços, ocasionalmente disponíveis, para o atendimento dos pais. Embora a quantidade de salas de Informática seja claramente suficiente, alunos e directores de turma manifestaram insatisfação quanto ao acesso daqueles aos computadores, uma vez que os da BE/CRE são em número reduzido e encontram-se, frequentemente, “cheios de vírus”; os portáteis, por sua vez, só podem ser requisitados quando a sua utilização é feita com o acompanhamento de professores. A BE/CRE encontra-se bem apetrechada e proporciona uma informação actualizada sobre as aquisições mais recentes, através de um escaparate situado no corredor de acesso. O uso dos recursos financeiros corresponde, de uma forma geral, às necessidades da Escola, quer na remodelação das instalações, quer na aquisição de equipamentos e materiais, quer, ainda, no investimento em acções de formação, com evidente interesse para a melhoria do funcionamento da instituição, e no enriquecimento do acervo bibliográfico da BE/CRE. A gestão do bufete, da papelaria e da reprografia representam um importante contributo para o orçamento privativo, embora para o mesmo exista um muito significativo financiamento dos projectos inseridos no PRODEP. Na realidade, no ano de 2007, esse orçamento correspondeu a 80% das verbas atribuídas pelo Estado.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

Tem havido várias iniciativas com a finalidade de levar os pais/encarregados de educação a organizarem-se para a constituição de uma associação: convocação de reuniões, envio de questionários para estabelecer os horários mais convenientes para a sua deslocação à Escola e convites para a Feira do Livro. Todavia, essas tentativas não têm resultado e só aquando da realização de reuniões com os directores de turma e da atribuição de prémios aos alunos se verifica alguma afluência. No início do ano lectivo, são promovidas reuniões de conselho de turma com pais e alunos do 10.º ano, no âmbito das quais são transmitidas informações relativas ao funcionamento da Escola, com visita às instalações e distribuição de um folheto com o calendário escolar, os critérios de avaliação/transição e excertos do Regulamento Interno, documento que, conforme o testemunho do Órgão de Gestão, face às actuais alterações normativas, se encontra em permanente reformulação. Para o atendimento semanal e para as reuniões realizadas no final/início dos períodos lectivos, os pais entrevistados testemunharam a abertura dos directores de turma para adequarem os horários à sua disponibilidade.

3.5 Equidade e justiça

A definição de critérios de avaliação, que têm em linha de conta a natureza dos cursos frequentados e as tutorias para a organização e o acompanhamento dos apoios aos alunos que revelam mais dificuldades constituem indicativos de uma estratégia de inclusão socioescolar. Um outro aspecto a relevar é a existência do “Gabinete do

Aluno" onde um enfermeiro, uma vez por semana, e professores encontram-se disponíveis para ajudar e informar sobre as problemáticas da adolescência. Contudo, embora existam orientações gerais para a elaboração dos semanários-horários das turmas, como objectivo de garantir equidade, alguns pais e alunos manifestaram o seu desagrado relativamente à existência de "furos", de intervalos para almoço inferiores a uma hora e de grandes períodos sem aulas entre a manhã e a tarde. Refira-se, a este respeito, que a distribuição das aulas de Português para estrangeiros tem condicionado os horários dos alunos que não as frequentam.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

No anexo 2 do Projecto Educativo – “a Escola que queremos” – encontra-se enunciado um princípio que parece estar a orientar a actuação do Órgão de Gestão: “Uma Escola que proceda à optimização dos seus recursos físicos e humanos, ao controle e à avaliação das práticas, de forma a promover atitudes de mudança (...)”. Na realidade, existiu determinação quando, em resultado de contactos com estabelecimentos de ensino estrangeiros, se investigaram os caminhos da qualidade e se aceitou ao desafio de adaptar a Norma ISO 9001-2000 ao ensino. Para o efeito, mobilizaram-se esforços e recursos, visando a preparação de uma equipa de professores para, em articulação com o Conselho Executivo, desenvolver um processo que, progressivamente, se tem estendido às várias estruturas de gestão e de orientação educativa. Existe o objectivo de atingir a certificação de qualidade, através de um sistema de auto-avaliação e de melhoria contínua. Ao Conselho Pedagógico cabe um papel importante no incentivo das lideranças intermédias para práticas de qualidade no contexto global do funcionamento da unidade de gestão.

4.2 Motivação e empenho

De um modo geral, verificou-se existir uma liderança atenta que procura motivar e implicar os diversos elementos da comunidade educativa nas propostas e projectos de mudança, atribuindo-lhes responsabilidades aos diferentes níveis. É assim no que se refere ao Plano de Actividades, em que são identificados os docentes a que estão cometidas cada uma das propostas enunciadas. É também assim que o Conselho Pedagógico se impõe como espaço de reflexão e de irradiação das diversas iniciativas que, em grande parte, provêm do Conselho Executivo. Foi também evidente que, existindo propostas de actividades provenientes de outras estruturas, são incentivadas, como o necessário apoio logístico. A título de exemplo, refiram-se as demonstrações e a formação desenvolvidas no âmbito das energias renováveis, as iniciativas do espaço BE/CRE (tardes culturais e Feira do Livro) e do Departamento das Expressões (“Festa do Desporto”, pintura em tela e cerâmica). Embora o Regulamento Interno, em conjunto com o Manual de Qualidade, constituam referenciais para o desempenho profissional de professores e funcionários não docentes, o primeiro carece de maior divulgação junto do pessoal auxiliar e o segundo, porque em fase de construção, não é, ainda, do conhecimento da generalidade dos intervenientes. À excepção dos alunos, para os quais estão previstos prémios anuais pelo sucesso obtido, não se encontra instituída a valorização dos bons desempenhos. Por vezes, no início ou no final do ano lectivo, existe uma palavra de agradecimento relativa a algum sector que se tenha destacado. Testemunharam os professores que se sentem encorajados pelos resultados dos alunos, quer ao nível académico, quer em actividades com projecção na comunidade. A articulação entre o Órgão de Gestão, o Conselho Pedagógico e a Assembleia é conduzida pelo Presidente do Conselho Executivo que garante a circulação da informação. A generalidade das inovações introduzidas na Escola são analisadas nas reuniões da Assembleia, sendo de relevar o seu papel na melhoria da oferta e na organização do Bar e do Refeitório. Um aspecto que, apesar de constar como uma oportunidade de melhoria no relatório de auto-avaliação de 2005/06, ainda se mantém como ponto fraco, é a divulgação dos assuntos tratados nas respectivas reuniões.

4.3 Abertura à inovação

Nesta área, conforme já foi antes mencionado, importa referir a conjugação de vontades no sentido de atingir a certificação de qualidade, através da construção gradual de um Manual de Qualidade que visa orientar o sistema de gestão da Escola. Salienta-se, também, a diversidade dos espaços e dos recursos informáticos existentes para a prática lectiva, embora a sua acessibilidade por parte dos alunos, fora das aulas, careça, ainda, de normas que viabilizem uma mais alargada utilização, tendo em conta que o sinal da Internet se encontra generalizado a cerca de 95% da área escolar. Existe, igualmente, uma progressiva utilização da plataforma “moodle”, principalmente por parte dos docentes de Português, embora esteja mais vulgarizado o envio de documentos para os endereços de correio electrónico dos alunos. Refira-se que já foram dinamizados na Escola três “workshops” sobre a utilização daquela plataforma informativa. Outras evidências centram-se nos projectos que, nas áreas da Electricidade e da Electrónica, têm sido divulgados pela Escola: no ano lectivo transacto, no espaço Fórum da Educação, foi apresentada a “Casa Interactiva” e, presentemente, no seguimento da implementação de um curso profissional e

no âmbito da problemática da redução de gases com efeito de estufa, encontra-se em estudo a edificação da “Casa Limpa – Autonomia Energética”, com a aplicação de energia fotovoltaica.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A Escola tem uma dinâmica de articulação com a comunidade local, com destaque para a Autarquia. Para além do apoio logístico no âmbito do transporte dos alunos, das reparações das instalações escolares e da manutenção dos espaços exteriores, a organização, por parte da Câmara Municipal, de uma almoço para todos os professores do concelho, no primeiro dia de aulas, é um contributo importante para a respectiva integração. Acresce a cedência das piscinas municipais para as actividades desenvolvidas no âmbito da Educação Física e, através do Gabinete da Juventude e em articulação com o Centro de Saúde, a organização de colóquios, na área dos alimentos e das doenças sexualmente transmissíveis, destinados aos alunos. Outros aspectos prendem-se com a integração, nos serviços municipais, de alunos estagiários e da realização do Fórum da Educação, através do qual a Escola tem a oportunidade de divulgar a sua oferta e as suas iniciativas, o que, conforme o testemunho dos pais/encarregados de educação, tem dado uma boa imagem da instituição. Da parte da Escola, releva-se a disponibilização das instalações e o apoio que tem sido dado à realização dos exames da Universidade Aberta, a cedência do ginásio e de salas a colectividades e a associações culturais. Salienta-se, igualmente, as parcerias com estabelecimentos de ensino da Itália, Finlândia e Irlanda, para além de um projecto que tem como objectivo o desenvolvimento das capacidades linguísticas e que implica intercâmbios de grupos de 15 alunos com uma escola francesa. São, também, cedidos espaços ao Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Garcia Domingues, para a leccionação da componente prática de um curso de electricidade e de aulas de inglês para os alunos do 1.º CEB. Para além disso, destaca-se a existência de protocolos com: o Instituto Piaget, pólo de Silves, no âmbito do qual têm sido estabelecidos projectos em comum na área da Saúde; a empresa GABINAE, para o fornecimento de serviços de formação; com a Associação Nacional dos Professores de Electrotecnia e Electrónica, visando a apresentação de um projecto conjunto “Dear Robot” (Dinâmica Experimental na Aprendizagem pelo Robótica); com a associação de produtores de citrinos, para promover o consumo daquele tipo de produtos.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

5.1 Auto-avaliação

O processo de auto-avaliação, implementado a partir de 2004/05, constitui um ponto forte da Escola. Na realidade, a insatisfação com os resultados obtidos nos exames nacionais, levou a que se desenvolvesse um trabalho que tem por base o modelo “European Foundation for Quality Management (EFQM). Para o efeito, a Escola recorreu a serviços de assessoria externa, contando com a colaboração de um auditor para a qualidade e de uma pedagoga. Foi constituído um grupo avaliador que procedeu à recolha de informação através da aplicação de questionários a alunos, encarregados de educação e ao pessoal docente e não docente. Da análise quantitativa dos dados apurados e dos resultados escolares, para além da análise do conteúdo de documentos, foi possível identificar uma grande diversidade de oportunidades de melhoria, das quais se seleccionaram 17 acções que tinham como objectivo o desenvolvimento do funcionamento da Escola. O resultado da auto-avaliação foi apresentado à Escola e, em Conselho Pedagógico, foi aprovado um plano de acção para 2006/07. Com a evolução do processo, o grupo avaliador deu lugar ao Observatório da Qualidade/Grupo de Avaliação Interna. Esta equipa de trabalho, para além de ter estabelecido um conjunto de indicadores da auto-avaliação, tem vindo a monitorizar, através de auditorias, as acções implementadas e propôs um novo plano para 2007/08, tendo sido estabelecidas metas para a melhoria do sucesso escolar (de 2 a 5%). Como resultado da auto-avaliação, têm-se registado melhorias que passam pela redução dos índices de abandono escolar, pela análise e reflexão sistemática sobre os resultados obtidos no âmbito dos departamentos/grupos disciplinares, o que proporcionou o aparecimento da tutoria como modalidade de acompanhamento dos alunos, pela definição de matrizes para os relatórios elaborados pelos responsáveis das várias estruturas pedagógicas e pela maior eficiência que se verifica no funcionamento na oferta do refeitório e na limpeza das instalações. No entanto, o processo carece de uma maior abrangência, quanto às áreas de intervenção e ao envolvimento directo de representantes do pessoal não docente, constituindo, ainda, um ponto fraco a divulgação dos resultados junto dos pais, dos alunos e do pessoal auxiliar.

5.2 Sustentabilidade do progresso

A diminuição progressiva do número de alunos constitui uma contingência que limita o leque de opções para a manutenção de uma oferta educativa diversificada. Esta situação, associada à maior fluidez de transportes para o litoral, facilitando a frequência dos estabelecimentos de ensino que aí se localizam, coloca à Escola a necessidade de promover dinâmicas que contrariem essa tendência. Neste contexto, o investimento que, progressivamente, tem sido feito na qualidade poderá viabilizar um desenvolvimento da oferta de cursos da via profissionalizante nas

áreas para as quais existem recursos humanos e materiais. Exemplos, como o projecto “Casa Limpa”, suportado em parcerias com empresas da especialidade, associado a um maior investimento na divulgação dessas iniciativas, podem conjugar-se como factor de atracção da população escolar e contribuir para a sustentabilidade do progresso da Escola. A esta questão associa-se um ambiente educativo favorável e um bom clima relacional, existindo também, por parte da comunidade local, uma representação positiva da instituição, aspectos que se apresentam como essenciais para o desenvolvimento organizacional.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da Escola (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A acção do Conselho Executivo na implementação do processo de auto-avaliação e na mobilização das estruturas de orientação educativa, fundamental para a melhoria do desempenho da Escola.
- As interacções que se estabelecem entre os vários agentes escolares concorrem para a existência de um bom clima de Escola.
- A consistência dos recursos financeiros e o investimento na formação interna, na adequação e manutenção das instalações e em materiais pedagógico-didácticos diversificados, tendo em vista o desenvolvimento das componentes científicas, tecnológicas e artísticas do currículo.
- A variedade de parcerias e a diversificação da oferta educativa, como factores de sustentabilidade do progresso da Escola.

Pontos fracos

- A insuficiente priorização dos processos, a nível da sala de aula e no trabalho desenvolvido pelos departamentos/grupos disciplinares, condiciona a melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares.
- A fragilidade dos processos de articulação com estabelecimentos de ensino do 3.º CEB e entre os vários departamentos curriculares.
- O fraco envolvimento e participação efectiva dos pais/encarregados de educação dificulta a viabilização de compromissos com o projecto da Escola.

Oportunidades

- A persistência no desenvolvimento de projectos inovadores, em parceria com outras instituições de ensino e com as empresas locais.
- A estabilidade do corpo docente e o seu empenhamento nas estruturas de orientação educativa podem constituir-se como factores de melhoria dos processos pedagógicos.
- A adopção de procedimentos consistentes de articulação e sequencialidade pedagógico-didáctica com as escolas de ensino básico do concelho.

Constrangimentos

- Redução do número de alunos face à atracção exercida pelas escolas do litoral.
- Inadequação parcial dos horários dos transportes escolares às necessidades dos alunos.

Em função do contraditório apresentado pela Escola, este relatório foi alterado:

- na página 3, capítulo III – *Conclusões da avaliação por domínios, 1. Resultados* (1.º parágrafo), onde constava *Nos exames nacionais entre 2005 e 2007, existe, em Português, uma redução gradual da média da Escola, relativamente à nacional, atingindo, em 2007, uma diferença de 1,5 valores. Situação inversa observa-se em Matemática, cuja média das classificações obtidas pelos alunos parte de um diferencial de 1,5 valores (em 2005) para 0,2 valores (em 2007), passou a constar Comparando as médias da Escola dos exames nacionais de Português B, em 2006 e 2007, verificou-se que as mesmas foram de 9,9 valores no primeiro daqueles anos e de 10,8 no segundo. Tais dados são inferiores à média nacional, respectivamente, em 1,8 e 0,42 valores. Em Matemática, relativamente à média nacional, as classificações obtidas pelos alunos apresentam um diferencial de 1,5 valores, em 2005, e de 0,2 valores, em 2007;*
- na página 6, capítulo IV – *Avaliação por factor, 1. Resultados, 1.1 Sucesso Académico* (parágrafo único), onde constava *Quanto aos resultados obtidos nos exames nacionais, verifica-se que, em Português, no ano de 2005, a média da Escola foi ligeiramente inferior à média nacional (11,2 contra 11,3 valores), diferença que se agravou em 2007 em 1,5 valores (9,8 face a 11,3). Em Matemática, por sua vez, parte-se de uma diferença de 1,5 valores em 2005 (a média da Escola era de 6,2, quando, a nível nacional, era de 7,7) para um valor superior - 0,2 - em 2006 (de 8,2 para 8,0 valores) e, de novo, um valor inferior - 0,2 -, em 2007 (de 10,4 para 10,6 valores), passou a constar Quanto aos resultados dos exames nacionais, verificou-se que em Português B, no ano de 2006, existe uma diferença de 1,8 valores da média da Escola relativamente à nacional (9,9 para 11,7 valores); em 2007, registou-se uma melhoria da média da Escola (10, 8 valores), mantendo-se 0,42 valores abaixo da média nacional (11,25 valores). Em Matemática, por sua vez, existiu uma diferença de 1,5 valores em 2005 (a média da Escola era de 6,2, quando, a nível nacional era de 7,7) para um valor superior - 0,2 - em 2006 (de 8,2 para 8,0 valores) e, de novo, um valor inferior - 0,2 valores - em 2007 (de 10,4 para 10,6 valores).*